

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

SUMÁRIO

1-	HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL	3
2-	HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO	9
3-	METODOLOGIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA	17
4-	HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO	19
5-	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	24
6-	SOCIEDADE E CULTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	35
7-	CULTURA AFRO BRASILEIRA	47

REFERÊNCIAS

1- HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL

O **Brasil Colônia**, na História do Brasil, é a época que compreende o período de 1530 a 1822.

Este período começou quando o governo português enviou ao Brasil a primeira expedição colonizadora chefiada por Martim Afonso de Souza.

Em 1532, ele fundou o primeiro núcleo de povoamento, a Vila de São Vicente, no litoral do atual estado de São Paulo.

Período Pré-Colonial

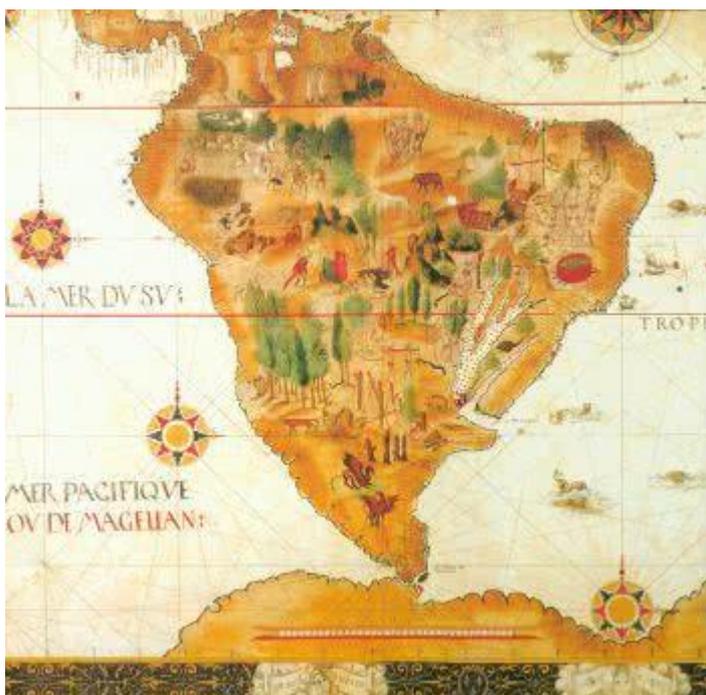
Logo após a chegada dos portugueses à sua nova colônia, a primeira atividade econômica girava em torno da exploração do pau-brasil, existente em grande quantidade na costa brasileira, principalmente no nordeste do País. Esse período ficou conhecido como Ciclo do Pau-Brasil.

A exploração do pau-brasil foi meramente extrativista e não deu origem a uma ocupação efetiva.

O trabalho de derrubar árvores e preparar a madeira para embarque era feito pelos indígenas e uns poucos europeus que permaneciam em feitorias na costa.

Explorado de forma predatória, as árvores próximas da costa desapareceram já na década de 1520.

O Início da Colonização



Mapa do Brasil no Período Colonial

Várias expedições foram enviadas por Portugal, visando reconhecer toda costa brasileira e combater os piratas e comerciantes franceses.

As mais importantes foram as comandadas por Cristóvão Jacques (1516 e 1526), que combateu os franceses.

Também Martim Afonso de Sousa (1532), combateu a pirataria francesa. Da mesma forma, ele instalou em São Vicente, a primeira povoação dotada de um engenho para produção de açúcar.

Para colonizar o Brasil e garantir a posse da terra, em 1534, a Coroa dividiu o território em 15 capitanias hereditárias. Estas eram imensos lotes de terra que se estendiam do litoral até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

Esses lotes foram doados a capitães (donatários), pertencentes à pequena nobreza lusitana que, por sua conta promoviam a defesa local e a colonização.

A empresa açucareira foi escolhida, porque apresentava possibilidade de vir a ser um empreendimento altamente lucrativo, abastecendo o grande mercado de açúcar da Europa.

Foi no nordeste do país que a atividade açucareira atingiu seu maior grau de desenvolvimento, principalmente nas capitanias de Pernambuco e da Bahia.

Nos séculos XVI e XVII, o Nordeste tornou-se o centro dinâmico da vida social, política e econômica do Brasil.

O Governo Geral

O sistema de Governo Geral foi criado em 1548, pela Coroa, com o objetivo **de organizar a administração** colonial.

O primeiro governador foi Tomé de Souza (1549 a 1553), que recebeu do governo português, um conjunto de leis. Estas determinavam as funções administrativas, judicial, militar e tributária do Governo Geral.

O segundo governador geral foi Duarte da Costa (1553 a 1558), e o terceiro foi Mem de Sá (1558 a 1572).

Em 1572, depois da morte de Mem de Sá e de seu sucessor Dom Luís de Vasconcelos, o governo português dividiu o Brasil em dois governos cuja unificação só voltou em 1578:

- Governo do Norte, com sede em Salvador
- Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro

Em 1580, Portugal e todas as suas colônias, inclusive o Brasil, ficaram sob o domínio da Espanha, situação que perdurou até 1640. Este período é conhecido como **Unificação Ibérica**.

Em 1621, ainda sob o domínio espanhol, o Brasil foi novamente dividido em dois estados: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. Essa divisão durou até 1774, quando o Marquês do Pombal decretou a unificação.

A Formação Social do Brasil Colônia



Representação de uma aldeia no

período colonial

Fundamentalmente três grandes grupos étnicos, o índio, negro africano e o branco europeu, principalmente o português, entraram na formação da sociedade colonial brasileira.

Os portugueses que vieram para o Brasil pertenciam a várias classes sociais em Portugal. A maioria era formada por elementos da pequena nobreza e do povo.

Também é preciso ter em conta que as tribos indígenas tinham línguas e culturas distintas. Algumas eram inimigas entre si e isto era usado pelos europeus quando desejavam guerrear contra os portugueses.

Da mesma forma, os negros trazidos como escravos da África possuíam crenças, idiomas e valores que foram sendo absorvidos pelos portugueses e indígenas.

No Brasil Colônia, o engenho era o centro dinâmico de toda a vida social. Isso possibilitava o “senhor da casa grande” concentrar em torno de si, grande quantidade de indivíduos e ter a autoridade máxima, o prestígio e o poder local.

Em torno do engenho viviam os mulatos, geralmente filhos dos senhores com escravas, o padre, os negros escravos, o feitor, o mestre do açúcar, os trabalhadores livres, etc.

Ameaças ao Domínio Português

Nos primeiros anos logo depois da descoberta, a presença de piratas e comerciantes franceses no litoral brasileiro foi constante.

A invasão francesa se deu em 1555, quando conquistaram o Rio de Janeiro, fundando ali a "França Antártica", sendo expulsos em 1567.

Em 1612, os franceses invadiram o Maranhão, ali fundaram a "França Equinocial" e a povoação de São Luís, onde permaneceram até 1615, quando foram novamente expulsos.

Os ataques ingleses no Brasil se limitaram a assaltos de piratas e corsários que saquearam alguns portos. Invadiram as cidades de Santos e Recife e o litoral do Espírito Santo.

As duas invasões holandesas no Brasil se deram durante o período em que Portugal e o Brasil estavam sob o domínio espanhol. A Bahia, sede do Governo Geral do estado do Brasil, foi invadida, mas a presença holandesa durou pouco tempo (1624-1625).

Em 1630, a capitania de Pernambuco, o maior centro açucareiro da colônia, foi invadida por tropas holandesas.

A conquista foi consolidada em 1637, com a chegada do governante holandês o conde Maurício de Nassau. Ele conseguiu firmar o domínio holandês em Pernambuco e estendê-lo por quase todo o nordeste do Brasil.

A cidade do Recife, o centro administrativo, foi urbanizada, saneada, pavimentada, foram construídos pontes, palácios e jardins. O governo de Maurício de Nassau chegou ao fim em 1644, mas os holandeses só foram expulsos em 1654.

O Século do Ouro e dos Diamantes

A procura de metais preciosos sempre constituiu o sonho dos colonizadores. As descobertas começaram na década de 1690, na região de Minas Gerais.

A partir daí se espalhou em várias partes do território nacional. No século XVIII a mineração era a grande fonte de riqueza da metrópole.

O Ciclo do Ouro e do Diamante foram responsáveis por profundas mudanças na vida do Brasil colônia, com o crescimento urbano e do comércio.

A Crise do Sistema Colonial

Em 1640, Portugal contava apenas com as rendas do Brasil. Por isso passou a exercer um controle mais rígido sobre a arrecadação de impostos e as atividades econômicas, chegando a proibir o comércio com estrangeiros.

O descontentamento com a política econômica da metrópole fez surgir algumas revoltas, entre elas:

- Revolta de Beckman (1684), no Maranhão
- Guerra dos Emboabas (1708-1709), em Minas Gerais
- Guerra dos Mascates (1710), em Pernambuco

Em fins do século XVIII, teve início os movimentos que tinham como objetivo libertar a colônia do domínio português, entre elas:

- Inconfidência Mineira (1789)
- Conjuração Baiana (1798)

No início do século XIX, as condições para a emancipação brasileira estavam maduras. Contribuíram também a conjuntura criada pelas Guerras Napoleônicas e pela Revolução Industrial Inglesa.

Com a invasão de Portugal, a sede do reino transferiu-se para o Brasil. Em 1822, deu-se o passo decisivo para consolidar a Independência do Brasil.

2- HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO

Período Regencial (1831-1840)

A fase da história Brasileira iniciada em 1831 caracterizou-se por dois aspectos principais: intensa agitação social em todas as províncias, pondo muitas vezes em risco a própria unidade nacional; e grande efervescência política, primeiros ensaios da organização partidária que prevaleceria durante o Segundo Reinado.

D. Pedro de Alcântara, príncipe herdeiro aos 5 anos, só poderia assumir o governo ao completar 18 anos, como mandava a lei. Até lá, exerceria o poder um conselho de três regentes, eleitos pela Assembleia Legislativa.

Evolução político-administrativa

D. Pedro I rumava para Portugal. O Parlamento estava de férias. Até que voltasse a reunir-se e escolhesse os membros da Regência Trina Permanente, assumiu o poder um conselho provisório, que tomou algumas medidas para satisfazer os descontentes e acalmar o país:

- Expulsou os estrangeiros do Exército;
- Anistiou os acusados de crimes políticos;
- Reintegrou o ministério de 20 de março, cuja demissão havia provocado a queda de D. Pedro I.

Antes de escolher os novos regentes, o Parlamento tomou decisões sobre sua ação: não poderiam exercer o poder Moderador, nem dissolver a Câmara ou conceder títulos e condecorações.

Para aplacar a revolta nas províncias, dando-lhe mais autonomia, os liberais moderados defendiam reformas na Constituição de 1824. O Ato adicional, de 12 de agosto de 1834, estabeleceu mudanças:

- Criou as Assembleias Legislativas provinciais, com competência para legislar sobre assuntos de interesse de províncias e municípios;
- Transformou a capital do país em Município Neutro, ou Município da Corte, independente da província do Rio de Janeiro, cuja sede passou a ser Niterói;
- Estabeleceu a Regência Una: O regente seria eleito por voto popular para quatro anos de mandato;
- Eliminou o Conselho de Estado.

Três grupos passaram a dominar a cena política:

- Restauradores e caramurus, comerciantes portugueses e militares que queriam a volta de D. Pedro I ao poder;
- Moderados e chimangos, contrários à descentralização e às reformas, que queriam a ordem, a continuação da monarquia e do voto censitário (baseado nos recursos econômicos) boas relações econômicas com a Inglaterra e a manutenção do Brasil como país agrícola e exportador;
- Exaltados, farroupilhas ou jurujubas, favoráveis a reformas para melhorar a situação dos mais pobres, que reivindicavam: direito total de manifestação, regime republicano, voto para todos independentemente de suas posses, independência na Inglaterra e autonomia das províncias.

Com a morte de D. Pedro I em 1834, os restauradores perderam sua bandeira de luta. Restaram moderados e exaltados, que lutavam ferozmente entre si, chegando à violência e à morte. Apoiados por grandes fazendeiros, os moderados levaram a melhor. Restauradores e exaltados pagaram caro pela oposição às regras estabelecidas. Prisão, exílio e perseguição eram coisas normais.

Os moderados se dividiram em dois grupos: progressistas e regressistas. Estavam de acordo no principal: manter a ordem a qualquer preço, esquecendo as reformas. Mas os progressistas eram favoráveis a concessões aos exaltados, como maior autonomia das províncias, o que aconteceu com o Ato Adicional de 1834.

Findo o período regencial, os progressistas formariam o Partido Liberal e os regressistas, o Partido Conservador. Eles se revezariam no poder até a República,

mas defendendo os mesmos interesses, os dos grandes proprietários: eram, na expressão popular, “farinha do mesmo saco”. A Lei interpretativa do Ato Adicional, que entrou em vigor em 12 de maio de 1840, no governo conservador de Araújo de Lima, marca o início da reação centralizadora. Ela restringia os poderes das Assembleias Legislativas, pondo a Polícia Judiciária sob o controle do Poder Executivo central.

Os Liberais dariam o troco em hábil manobra, o [golpe da Maioridade](#): antecipariam a maioridade de D. Pedro II de 18 anos para 15 anos. Os conservadores não tinham alternativa, a não ser apoiar. O País atravessava turbulências, com revoltas separatistas em várias províncias que o governo não conseguia controlar. Liberais e conservadores viam no futuro imperador a única figura capaz de restabelecer a paz e manter a unidade nacional. Antecipada a maioridade, em julho de 1840 os liberais substituíram os conservadores, que deveriam governar até 1842, e formaram o primeiro ministério do Segundo Reinado.

Governos Período Regencial:

- Regência Triun Provisória: Abril e Junho de 1831
- Regência Trina Permanente: Junho de 1831 a outubro de 1835
- Regência Una (Diogo Antonio Feijó) – Outubro de 1835 a setembro de 1837
- Regência Una (Pedro de Araújo Lima) – setembro de 1837 a julho de 1840.

Um período conturbado

A renúncia de D. Pedro I havia representado a vitória dos liberais sobre os conservadores. Mas em vez de ordem e calma, trouxe mais divisões entre os grupos políticos. Rebeliões e revoltas sacudiram quase metade das províncias. Só a partir de 1845 se conseguiria consolidar a unidade nacional, com uma monarquia centralizada e conservadora.

As lutas entre liberais e conservadores nas classes dominantes constituíam permanente estímulo para as revoltas sociais, que chegaram a ameaçar a ordem escravista. Assim, as classes populares (trabalhadores livres e escravos)

integravam-se na luta pelo poder, comanda pelos partidos políticos, e também lutavam contra os privilégios da aristocracia rural, exigindo melhores condições de vida.

Alguns movimentos pretendiam a volta de D. Pedro I ao trono (Ceará, Minas Gerais, Pernambuco); outros se insurgiam contra autoridades favoráveis ao ex-imperador (Pernambuco, Pará, Maranhão); e outros queriam separar-se do governo central (Bahia, Rio Grande do Sul). Os mais importantes ocorreram no Pará (Cabanagem), Bahia (Sabinada), Maranhão (Balaiada) e Rio Grande do Sul (Guerra dos Farrapos),

Cabanagem (1835-1840)

Calcula-se que a mais violenta rebelião da Regência matou 30.000 pessoas no Pará (a província tinha 80.000 habitantes em 1819). Dois fatos associaram-se para dar início aos cinco anos de lutas sangrentas: o inconformismo de fazendeiros e comerciantes contra o presidente nomeado pelo poder central e a miséria da população. A maioria vivia em cabanas pertos dos rios, daí o nome de cabanos dado aos revoltosos. Eles aderiram em massa à revolta. Na verdade, foram além do que pretendiam os líderes pois transformaram a rebeldia das elites contra o poder central numa luta sem tréguas contra suas precárias condições de vida.

Em 1835, os cabanos ocuparam Belém. Três presidentes rebeldes se sucederiam. O Primeiro foi o fazendeiro-comerciante Félix Malcher, que se proclamou presidente cabano. Acusado de traição e de jurar fidelidade ao imperador, foi morto pelo chefe militar dos cabanos, Pedro Vinagre, que assumiu o poder, mas abandonou o posto ante os ataques das forças do governo central, apoiadas pelo mercenário inglês John Taylor. Eduardo Angelim jovem de 20 anos, tornou-se o terceiro presidente rebelde. Os cabanos, pouco mais de um ano depois de tomar Belém, tiveram de retirar-se para o interior. Os últimos rebeldes, mais de 1.000, só se entregaram no início de 1840, o ano da Maioridade.

Essa Guerra civil, que liquidou mais de 30% da população paraense, proporcionou incríveis atrocidades. Arthur Reis, citado por Sérgio Buarque de Holanda em história geral da civilização brasileira, relata que mesmo os suspeitos de rebeldia eram

calçados como animais ferozes e sofriam suplícios bárbaros, que às vezes levavam à morte; também havia quem considerasse uma glória “trazer rosários de orelhas secas de cabanos”.

Sabinada (1834-1837)

A Sabinada foi o momento culminante de vários movimentos rebeldes baianos contra as autoridades impostas pela Regência. O nome derivado do líder, o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Não incluía a defesa de interesses mais populares: não pretendia libertar escravos, nem melhorar a situação da classe média descontente com o comércio português, tampouco concretizar ideias de intelectuais que pretendiam desenvolver as manufaturas. Nada Disso.

Na Sabinada juntaram-se fazendeiros e militares descontentes com baixos soldos e com a possibilidade de serem deslocados para o sul, a fim de lutar na guerra dos farrapos. A separação do governo central, proclamada com a formação da República Bahiense, só duraria até subir ao trono D. Pedro de Alcântara.

A repressão das forças do governo central se abateu com requintes de crueldades inimagináveis. Chegavam a incendiar as casas e lançar prisioneiros vivos ao fogo. Houve cerca de 600 mortos entre os legalistas e pouco mais de 1.000 entre os rebeldes.

Balaiada (1838-1841)

No início do século XIX, quase metade dos 200.000 maranhenses eram escravos. Grande parte do restante compunha-se de sertanejos miseráveis. Proprietários rurais e comerciantes controlavam o poder. O movimento revoltoso, que passou a exigir a demissão dos portugueses incrustados no Exército e na administração, recebeu o nome de Balaiada porque um de seus líderes se chamava Manuel Balaio. Vivia ele de fazer balaios, como milhares de artesãos que o seguiram.

Aos balaios, juntaram-se vaqueiros, comandados por Raimundo Gomes, o Cara Preta, e cerca de 3.000 escravos fugidos, chefiados pelo Negro Cosme. Balaios, vaqueiros e escravos receberam o apoio dos liberais, pessoas ricas e de prestígio

social. Estes acusaram o presidente do Maranhão de capacho do governo central e usavam a liderança popular pra atingir seus objetivos, a conquista do poder.

Numa importante vitória, os balaios tomaram a vila de Caxias de 1839. Os rebeldes só foram dominados depois que, em 1840, o governo central nomeou o presidente da província o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.

A anistia decretada em agosto de 1840 provocou a rendição imediata de cerca de 2.500 balaios. Quem resistiu foi derrotado a seguir. Raimundo Gomes, o Cara Preta, entregou-se e, exilado para São Paulo, morreu no caminho. Cosme chefe de um Quilombo, não se entregou. Caçado, foi preso e enforcado.

A Balaiada foi um movimento de gente pobre e trabalhadora, como atestam os nomes-de-guerra dos revoltosos: Caninana, Corisco, Raio, Relâmpago, Ruivo, Tigre.

Guerra dos Farrapos (1835-1845)

Causas econômicas e políticas levaram os gaúchos a pagar em armas para tentar separar-se do Brasil, naquela que ficou conhecida como Guerra dos Farrapos por causa dos precários trajés dos rebeldes.

Pesados impostos oneravam os produtos gaúchos vendidos em outras províncias: charque, couro, muares. Os impostos diminuía capacidade da concorrência com mercadorias uruguaias, argentinas e paraguaias; e ainda eram cobrados muitas no lugar de venda, ou seja, beneficiavam outras províncias.

Entre as causas políticas, estavam as lutas entre os farroupilhas, que queriam mudanças e mais autonomia, e os chimangos, favoráveis à situação. Havia também influência das ideias republicanas; os gaúchos eram bem vizinhos das jovens repúblicas do Prata: Uruguai, Argentina e Paraguai.

A revolta começou quando Bento Gonçalves chefe farroupilha, exigiu a renúncia do presidente da província. Ocupou Porto Alegre e obrigou a Assembleia a nomear outro presidente. Em 1836, os revoltosos proclamaram a República Rio Grandense, com sede em Piratini. Em 1839, conquistaram Laguna, em Santa Catarina, os

gaúchos convidaram o italiano Giuseppe Garibaldi, um lutador da unificação da Itália. Por terra, sobre carretas, ele conduziu dois navios de Porto Alegre a Laguna e pegou as forças imperiais de surpresa.

Somente em 1845, já no reinado de D. Pedro II, a paz voltou a reinar, por obra de Luís Alves de Lima e Silva, que havia pacificado o Maranhão. O futuro Duque de Caxias fez ofertas irrecusáveis aos farrapilhas: anistia para todos, incorporação dos oficiais revoltosos ao Exército imperial no mesmo posto, devolução de toda propriedade ocupada ou confiscada durante a guerra, libertação de todo escravo que houvesse lutado ao lado dos farrapos.

A Guerra dos Farrapos foi a mais longa guerra civil brasileira. As lutas, violentas, duraram dez anos e provocaram muitas atrocidades e mortes dos dois lados.

Economia deficitária

O início do Primeiro Reinado coincide com o início do período, que se prolongou até 1860, em que o comércio exterior brasileiro foi quase o tempo todo deficitário. Isto é, importávamos mais do que exportávamos: estávamos sempre devendo.

Para pagar as dívidas, o país fazia empréstimos externos, solução que ia transferindo o problema para o futuro. Novos pagamentos eram acrescidos a títulos de juros e amortizações. O resultado era contínuo aumento do desequilíbrio em nossas contas com o exterior.

Em nossas exportações, destacavam-se:

- Açúcar, principal produto durante o primeiro reinado, era vendido a preços baixos, por causa concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba; o café transformou-se em principal produto de exportação;
- Algodão, que enfrentava a concorrência americana;
- Fumo, cacau, arroz e couro, não tinham tanta expressão e enfrentavam a concorrência americana (arroz) e platina (couro).

As importações incluíam manufaturados da Inglaterra, beneficiada ainda pelas tarifas privilegiadas em 1810; trigo dos Estados Unidos e da Europa; produtos alimentícios da Europa; escravos da África.

O Brasil enfrentava também escassez de dinheiro, resultante dos seguintes fatores:

- Esvaziamento dos cofres da família real, quando voltou a Portugal em 1821
- Indenização paga a Portugal para que reconhecesse nossa Independência
- Gastos com a guerra da Cisplatina e revoltas internas

Por falta de recursos e máquinas, as indústrias não puderam desenvolver-se. A Inglaterra tinha substituído Portugal tanto no comércio como na criação de dificuldades para o desenvolvimento da indústria brasileira. O caso da indústria têxtil foi um exemplo típico. A Inglaterra, favorecida pelas baixas taxas alfandegárias, sufocou-a colocando aqui seus tecidos em melhores condições que os nossos e criando dificuldades para a importação de máquinas por brasileiros. Em 1840, mais da metade de nossos gastos com importações de manufaturados referia-se ao pagamento de produtos de vestuário.

A indústria de mineração só alcançou alguns progressos, no entanto, com ajuda de capitais ingleses.

Nas exportações, o café, que tomou a dianteira na Regência, lideraria por muito tempo, seguido de longe por outros produtos tropicais, como açúcar, algodão, couro e pele, tabaco, cacau, mate e borracha.

As dificuldades econômicas durante meio reinado e a Regência atingiram mais as cidades que as grandes propriedades rurais, pois estas eram quase autossuficientes. As crises se deviam aos empréstimos, à má administração e aos excessivos privilégios concedidos à Inglaterra, a potência capitalista da época. As dificuldades e a dependência aos ingleses não cessariam durante o segundo Reinado. Pelo Contrário, cresceriam.

3- METODOLOGIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA

As pesquisas históricas permitem conhecer e refletir acerca de um fenômeno, considerando basilar o domínio acerca de conceitos e hipóteses, da compreensão das relações da História com o Tempo, com a Memória ou com o Espaço. Nesse sentido, duas importantes estruturas necessitam ser de domínio daqueles que se interessam por este tipo de produção, os estudos históricos. Trata-se da Teoria e Metodologia da História.

Embora estas duas dimensões sejam por vezes e, inadvertidamente, confundidas entre si e, também não é raro confundi-las com a Historiografia. A Teoria, a Metodologia e a Historiografia se interpenetram, logicamente, mas guardam entre si, sua própria identidade fundamental.

Destarte, faz-se oportuno conhecer um pouco mais acerca desses três âmbitos.¹ A Historiografia trata do “acúmulo do trabalho” já produzido pelos historiadores e pesquisadores que se utilizam desta disciplina, bem como a reflexão mais sistemática acerca desse trabalho.

Isso implica, necessariamente no aporte de questões de Teoria e Metodologia, pois, todo pesquisador ao produzir suas obras e pesquisas historiográficas, o fazem a partir de teorias e métodos. Por outro lado, a Historiografia, traz exemplos importantes seja para o estudo da “Teoria da História”, seja para o ensino da “Metodologia da História”.² Nesse sentido é que me refiro ao fato de que estudos históricos também podem debruçar-se não apenas nos fenômenos do passado, aqueles mais recuados no tempo. É também importante e factível realizar Pesquisas do Tempo Presente, considerando-se os aspectos teóricos e metodológicos próprios à investigação histórica. As pesquisas históricas que tomam como referência cronológica o imediato e o presente ganham destaque à medida que universitários e intelectuais são solicitados a emitir análises imediatas na imprensa nas várias revistas e periódicos no período do pós-guerra. Em seguida, tem-se que a universidade adota o “presente” como objeto de produção do conhecimento histórico. Nessa trajetória teórica e metodológica, alguns estudiosos merecem

destaque, tais como René Rémond e Jean Lacouture, ambos com estudos de referência acerca da História do Tempo Presente.

O impacto dos acontecimentos desde o século passado sobre os homens e seu desejo de tentar explicar o presente tem sido um fator comum às diferentes profissões. Além disso, as pesquisas de História do Tempo Presente podem também determinar fatores próprios a cada profissão.

Nesse sentido, e considerando mais especificamente as pesquisas de História da Enfermagem, penso ser importante ter em mente as distintas possibilidades para a construção de conhecimento na disciplina de enfermagem. Dessa forma, podendo ampliar e enriquecer a produção histórica, nos âmbitos teóricos, metodológicos e historiográficos.

4- HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO

Brasil República é o período da História do Brasil, que teve início com a **Proclamação da República**. A República foi proclamada em 15 de novembro de 1889 e vigora até os dias atuais.

A República brasileira é dividida em:

- República Velha ou Primeira República
- Era Vargas ou Nova República
- República Populista
- Ditadura Militar
- Nova República

República Velha ou Primeira República (1889-1930)

Após a Proclamação da República no Brasil, instituiu-se imediatamente um governo provisório. O governo provisório era chefiado pelo **Marechal Deodoro da Fonseca**, que deveria dirigir o País até que fosse elaborada uma nova Constituição.

No dia 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a segunda Constituição brasileira e a primeira da República. No dia seguinte à promulgação da Constituição, foram eleitos pelo Congresso Nacional, o primeiro presidente e o vice.

A Primeira República foi dividida em **dois períodos**:

- **República da Espada** (1889-1894), em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil: Deodoro da Fonseca (1891) e Floriano Peixoto (1891-1894)
- **República das Oligarquias** (1894-1930), período em que as oligarquias agrárias dominavam o país, conhecido popularmente como a “política do café com leite”, em razão da dominação paulista e mineira no governo federal, que só terminou com a Revolução de 1930. Durante o período, apenas três presidentes não procediam dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. A supremacia política das grandes oligarquias foi aniquilada com a Revolução de 1930.

Era Vargas ou Nova República (1930-1945)

O período denominado **Era Vargas** é a época em que o chefe do governo brasileiro era o gaúcho **Getúlio Vargas**. Essa fase é subdividida em:

- Governo Provisório (1930-1934)
- Governo Constitucional ou Presidencial (1934-1937)
- Estado Novo (regime ditatorial de 1937 até 1945)

A partir de 1930, as massas populares foram incorporadas ao processo político, sempre sobre controle.

Uma das reações contra a nova ordem política instalada pela **Revolução de 1930**, foi o Movimento Constitucionalista de 1932. O movimento ocorreu em São Paulo, onde as elites políticas tentaram retomar o controle político.

Em 1933, Getúlio Vargas promoveu eleições para a Assembleia Constituinte. A instalação ocorreu em 10 de novembro, quando foi promulgada a **nova Constituição em 1934**.

O período do governo constitucionalista de Getúlio Vargas foi uma fase marcada pelo choque de duas correntes ideológicas. Era a "Ação Integralista Brasileira", ideologia de métodos fascistas e a "Aliança Nacional Libertadora", movimento da frente popular.

Durante a "**radicalização comunista**", Getúlio conseguiu do Congresso o decreto de Estado de Guerra.

No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio fazia uma proclamação ao povo, justificando a necessidade de um governo autoritário: nascia assim o **Estado Novo**.

No mesmo dia do golpe, foi outorgada a **nova Constituição Brasileira**, baseada na constituição polonesa.

A aproximação de Getúlio com os **comunistas** alarmou os meio políticos. No dia 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto pondo fim à ditadura no Brasil.

República Populista (1945-1964)

O ex-ministro da guerra do governo de Getúlio Vargas, general Eurico Gaspar Dutra, venceu as eleições de dezembro de 1945.

Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a **quinta Constituição brasileira**. Essa carta garantiu os direitos civis e eleições livres, que iria reger a vida do país por mais de duas décadas.

Foram Presidentes deste período:

- Eurico Gaspar Dutra (1946-1951);
- Getúlio Vargas (1951-1954);
- Café Filho (1954-1955);
- Carlos Luz (1955);
- Nereu Ramos (1955-1956);
- Juscelino Kubitschek (1956-1960);
- Jânio Quadros (1961);
- João Goulart (1961-1964).

Getúlio Vargas venceu as eleições de 1950, cinco anos após ser derrubado do poder. A **Nova Era Vargas**, com sua política nacionalista, recebeu o apoio das classes populares, de setores da burguesia, dos grupos políticos de esquerda e de parte do Exército.

Vargas enfrentou forte oposição da União Democrática Nacional(UDN), que tinha **Carlos Lacerda** (1914-1977) como seu principal porta-voz, e pregava a destituição do presidente.

A ala extremista da oposição liderada por Carlos Lacerda acusava as pessoas ligadas ao governo de corrupção. Também denunciava financiamentos escandalosos do Banco do Brasil.

Vargas era acusado de pretender instalar no Brasil uma República Sindicalista. O regime era semelhante ao que Perón havia instalado na Argentina.

Os militares opositoristas exigiram o afastamento definitivo de Vargas. No dia 24 de agosto de 1954, Vargas comete suicídio.

O Apogeu e a Crise do Populismo

Nos dezessete meses que sucederam a morte de Vargas, três presidentes ocuparam o poder. Foram eles, Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. A situação política era difícil.

Em 1955, houve novas eleições para presidente e **Juscelino Kubitschek** foi eleito, com a promessa de realizar "**cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo**".

Sua administração foi marcada por obras de grande repercussão, entre elas a construção de Brasília, a nova capital do país.

Em 1961, o **populista Jânio Quadros** é eleito. Ele renunciou, contudo, em 25 de agosto. De acordo com a Constituição, o vice **João Goulart** deveria assumir a presidência.

Houve, porém, um veto militar à posse de Jango, acusado de comunista. A solução para a crise política foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentarista de governo no país. A emenda limitava o poder do presidente.

João Goulart, empossado em 7 de setembro de 1961, colocava em prática uma política nacionalista. Um plebiscito realizado em 1963 determinou a volta do regime presidencialista.

Em 31 de março de 1964, um golpe militar contra o governo **derrubou João Goulart**. Em 9 de abril, o comando revolucionário promulgou o Ato Institucional nº 1, que dava amplos poderes ao Alto Comando Militar.

Ditadura Militar (1964-1985)

O período que vai de 1964 a 1985 foi marcado pela presença de **militares** na vida política brasileira. Durante duas décadas, foi estabelecido um **regime autoritário e centralizador**.

Os presidentes desse período formam:

- Marechal Castelo Branco (1964-1967);
- General Costa e Silva (1967-1969);
- General Médici (1969-1974);
- General Ernesto Geisel (1974-1979);

- General Figueiredo (1979-1985).

Em agosto de 1979, foi assinada a Lei da Anistia, suspendendo as penalidades impostas aos opositores do regime militar.

Em 1982, a sociedade brasileira começou a organizar a campanha das Diretas já, para realização de eleições para a Presidência da República.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo foi eleito Presidente pelo Congresso Nacional.

Nova República (1985 até os dias atuais)

A eleição de Tancredo Neves (1910-1985) iniciou uma nova fase da história republicana, no entanto, Tancredo não chegou a exercer o cargo.

A doença e a morte de Tancredo abalaram o país. Com a morte de Tancredo, assumiu a Presidência, em caráter definitivo, o vice José Sarney. Se sucederam no poder:

- Fernando Collor;
- Itamar Franco;
- Fernando Henrique Cardoso;
- Luiz Inácio Lula da Silva;
- Dilma Rousseff;
- Michel Temer
- Brasil

5- HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A **Historiografia brasileira** é o conjunto de estudos sobre a História do Brasil e diz respeito não só o registro histórico estabelecido pela memória, mas também à ciência da História. No Brasil entende-se por aquela os estudos realizados a partir de 1850, por Francisco Adolfo de Varnhagen, até os dias de hoje. Entre os historiadores brasileiros de destaque há autores como Silvio Romero e Capistrano de Abreu, nos anos 1900, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930, Nelson Werneck Sodré nos anos 1950, Caio Prado Júnior nos anos 1960 e Florestan Fernandes anos 1960-70.^[1]

História da historiografia brasileira



Atual sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Estudar e questionar as circunstâncias em que foram escritos os documentos que chegaram até nós é um ponto de suma importância dentro do tema mais amplo da História do Brasil. Em 1830, surgem os primeiros movimentos em direção a tentar fazer um apanhado do máximo possível de documentos produzidos até o momento no Brasil. Uma vez fazendo parte do reino de Portugal no formato do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e depois se tornando independente em 1822 na forma de Império do Brasil, surge a necessidade de se construir uma história nacional, de se criar a ideia de um povo brasileiro.

O movimento de afirmação de uma nacionalidade surge na Europa, e, principalmente, na Alemanha com o seu movimento político/literário/filosófico

intitulado romantismo, que tem o nacionalismo como uma de suas principais bandeiras (tendo como um dos expoentes o pensador Johann Gottfried von Herder). O Brasil independente também precisava da história e dos historiadores para construir uma identidade nacional baseada nesses mesmos moldes.

Tal processo no Brasil começa com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. O instituto foi criado a partir de uma ideia surgida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, de inspiração iluminista, e se propunha a incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiros com duas diretrizes centrais para seus trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo de estudos de História no ensino público.^[2]

Em 1840, o IHGB elaborou uma competição para estabelecer o melhor plano para a escrita da história do Brasil, e quem a ganhou foi o botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius. Sua monografia, intitulada "*Como se deve escrever a história do Brasil*", foi publicada na Revista do IHGB em 1845, e nela Von Martius sugeriu um guia para um projeto histórico capaz de garantir uma identidade ao Brasil. Surgiu do seu projeto a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil-Nação, que se estranhou profundamente nas elites e na população brasileira, lançando os alicerces do mito da democracia racial brasileira. Para ele, a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de raças.^[3]

O texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Von Martius, ilustra o impacto da mentalidade em muitas obras posteriores e suas tentativas de pensar o que é o Brasil.

Francisco Adolfo de Varnhagen



Francisco Adolfo de Varnhagen

Francisco Adolfo de Varnhagen, dentro deste movimento de criação da história da nação brasileira, surge como o primeiro a escrever uma história nacional brasileira. A obra de Varnhagen refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o IHGB representava.^[4] Teve um importante papel no processo de coleta de documentos, sendo o iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros, onde encontrou e elaborou inúmeros documentos relativos ao Brasil.^[5] Grande defensor da colonização portuguesa no Brasil, apreciava esta como um enorme feito que criava a possibilidade de sucesso para a recém criada nação brasileira.

História Geral do Brasil (1854-57)

A obra de Varnhagen é um reflexo do pensamento da época. Concorda com as diretrizes escolhidas pelo IHGB de como escrever a história do Brasil. Segundo Reis,^[7]

“ Tais bárbaros e barbaridades ter-se-iam perpetuado neste abençoado solo, tal anarquia teria despovoado o território, se a providência divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e depravado estado! Essas gentes errantes desfrutava, sem os benefícios da paz e da ”

cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil. Esse é o passado que do Brasil que deverá se esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. Deverá até ser preservado como antímodo, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser. Aliás, os capítulos dedicados ao indígena na "História geral do Brasil" teriam essa função: mostrar que o futuro do Brasil não poderá ter nesse passado sua raiz. O presente-futuro do Brasil se assentaria em outro passado, naquele que veio do exterior para por fim a essa barbárie e selvageria interiores. Com a chegada do cristianismo, do rei, da lei, da razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da providência.

Capistrano de Abreu



Selo comemorativo de Capistrano de Abreu.

Capistrano de Abreu tem uma trajetória ímpar para melhor entender o lugar inovador que teve na historiografia brasileira.^[6] Nasceu em um Brasil escravagista e morreu em um Brasil República, e em um mundo social marcado profundamente pela bipolarização senhor-escravo, ele não foi nem uma coisa, nem outra. Sua família era pequena proprietária de terra e produzia para o próprio sustento.^[9] Vivia em um mundo social voltado para dentro, sem vínculos externos diretos.^[9] José Honório

Rodrigues considera que Capistrano fez uma reviravolta na historiografia brasileira por sua posição teórica atualizada, seu conhecimento incomum dos fatos e seu novo ideal de história do Brasil.^[10] Capistrano constrói a sua interpretação do Brasil quando a Monarquia estava abalada, em xeque, assim como a escravidão, e se buscavam novas bases econômicas, sociais, políticas e mentais para o Brasil.^[11] Como diz Reis, "os intelectuais brasileiros do final do século XIX começaram a perceber a distância entre a realidade brasileira e o pensamento que eles próprios produziam".^[10] Tinham agora uma preocupação cientificista, em que Auguste Comte, Henry Thomas Buckle, Charles Darwin e Herbert Spencer serão as referências intelectuais predominantes.^[12] O pensamento de Capistrano revela esta divisão e confusão da discussão intelectual no Brasil no final do século XIX. Qual era sua tendência: mais positivista ou mais historicista? P. M. Campos firma que Taine, Buckle e Comte foram importantes na sua formação.^[13] Vamireh Chacon o considera um dos numerosos adeptos de Spencer da época.^[14] No pós Guerra do Paraguai, essa geração quer reinterpretar a história brasileira, privilegiando não mais o estado imperial, como Varnhagen, mas o povo e a sua constituição étnica.^[15] Capistrano nunca teria proposto uma explicação unilateral da história, mas sempre percebe a interdependência das diversas instâncias sociais.^[16]

A obra de Capistrano, Capítulos de História Colonial (1907), começa realizando uma descrição geográfica do Brasil, o palco sobre o qual se desenrolará a história que vai narrar. A sua obra é um ponto de referência da recepção da concepção moderna de história, com seu ideal objetivista da verdade, apoiada em documentos inéditos, testemunhas oculares, autores identificados das fontes. Para ele, o distanciamento do historiador deve se dar quando manipula as fontes; em um segundo momento, quando se interpreta, o quadro teórico das ciências sociais orientará a pesquisa com suas leis e teorias.^[17]

Gilberto Freyre



Gilberto Freyre

Sua formação é basicamente norte-americana: no colégio americano de Recife, onde se tornou protestante; na Universidade Baylor, no Texas (1918-1920), e na Universidade Columbia, Nova Iorque, orientado por Franz Boas.^[14] Luiz Costa Lima considera, entretanto, que a obra principal de Freyre, Casa-Grande & Senzala (1933), levou a pesquisa histórica brasileira uma problemática nova e alemã, a historicidade de Dilthey, Simmel e Weber, apesar de Freyre pouco citar fontes alemãs. Freyre encontrou grandes afinidades com a Sociologia compreensiva de Weber. Com essas noções, ele procurou apreender os estados de espírito Ibéricos, as experiências vividas.^[18]

Para a maioria de seus mais ilustres analistas, Freyre introduz na análise racionalmente conduzida uma forte quantidade de afetividade e subjetividade.^[19] Ele conclui muito além dos dados que oferece, dados que, para Leite, já são mal medidos e mal controlados.^[20] O que ele produziu foi uma espécie de auto-antropologia da cultura na qual nasceu, a nordestino-brasileira.^[21] Freyre quis demonstrar que houve uma solução brasileira par um acorde entre diferentes tipos de vivência, diferentes padrões culturais. Iniciou, junto com os franceses dos Annales, a história do cotidiano, a história das mentalidades coletivas, através da renovação das fontes de pesquisa histórica, como ressalta Reis: "receitas

culinárias, livros de etiquetas, fotografias, festas, expressões religiosas, brinquedos e brincadeiras infantis, cantigas de roda, histórias infantis, relatos de viajantes estrangeiros, autobiografias, confissões individuais, diários íntimos, lendas, folclore, periódicos",^[22] sem negligenciar ou dispensar as fontes institucionais, oficiais, estatais. Seu uso da documentação era sem preconceito e exclusões.

Sérgio Buarque de Holanda

Na mesma época em que Sérgio Buarque de Holanda escrevia, acontecia a Semana de Arte Moderna, a qual Sérgio Buarque de Holanda não participou diretamente, mas indiretamente, contribuindo com o aprofundamento do esforço de "redescoberta do Brasil", que Capistrano de Abreu e a sua geração dos anos 1900, haviam iniciado.^[25] A década de 1920 pode ser caracterizada pela erupção constante de críticas e oposição à sociedade oligárquicas. Os anos de 1930 foram de intenso debate político, época de radicalização ideológica e política. Percebe-se então, mais nitidamente, a distância entre a sociedade civil e o Estado, entre o Brasil real e o Brasil legal, entre a realidade brasileira e as ideias importadas para que ela "não fosse reconhecida". Nos anos de 1930, a realidade brasileira nua e crua tornou-se a questão chave do pensamento brasileiro que se queria puro e duro. Todos os intelectuais queriam decifrar o enigma do Brasil e interferir na produção de seu futuro. Discute-se, então, a identidade nacional brasileira, os obstáculos ao seu desenvolvimento e progresso, as formas de vencer o atraso horroroso.^[26] No ensino e pesquisa de história, o IHGB perdeu sua influência, que agora passa para a universidade de forma quase absoluta.^[27] Sob a influência da universidade, a história se aproximou das ciências sociais, querendo pesquisar a "realidade brasileira" em seu aspecto econômico-social-mental e não só mais o político.^[25] Pós-1930, a história não poderia mais se aquela do IHGB, que tratava do estado e dos grandes feitos dos grandes vultos brancos das elites.^[28]

A principal obra de Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil (1936), começa constatando o grande obstáculo para a construção de uma identidade nacional e o projeto brasileiros, começando por uma análise dos nossos primeiros colonizadores, e fazendo uma análise da mentalidade ibérica, comparando com uma mentalidade

européia, com um excelente estilo de escrita. Outra característica é que o texto é quase integralmente weberiano.^[29] Maria Odila Dias ressalta,^[30]

“ Ele procurará destacar, através da comparação, da criação de tipos ideais, os traços peculiares do Brasil, reconstruirá aspectos do processo de formação da sociedade e da mentalidade dos brasileiros em suas mudanças, seu dever, libertando-se de esquemas teóricos e preconceitos. ”

Nelson Werneck Sodré

Nelson Werneck Sodré   o teórico marxista mais importante dos anos 1950, embora não fosse o único, e seu projeto de "revolu o brasileira  , portanto, ligado   tradi o do redescobrimento do Brasil".^[31] Sodré   um militar pr -1964 e pertencia ao grupo, mais numeroso do que se imagina, dos militares ligados ao PCB. Nos anos de 1930-1940, sua perspectiva teórica sofreu influencias de autores materialistas como Haeckel e Büchner.^[32] São nos anos 1950-1960 ele aprofundou os seus estudos do marxismo e reformulou algumas de suas posi es como, por exemplo, a história da literatura, de 1938, em que conectava de forma determinista os fen menos culturais ao processo de produ o.^[33] Em 1922, a Semana de Arte Moderna já valorizava o tupi, e o PCB valorizava o negro-escravo e o branco-operário da nossa identidade.

Em 1964, Sodré passou uma temporada na prisão militar, e sua história nova foi proibida, o que não o impediu de continuar a sua obra, incansavelmente.^[34] Quartim de Moraes divide a história da consciência marxista no Brasil em três fases: primeira, etapa dogmática, pr -crítica, marxista leninista, quando predominou uma consciência opaca, feita de certezas cegas (1920-1940); segunda, fase de autonomiza o teórica (1940-1960); terceira, etapa de revisão crítica generalizada, um retorno às fontes do pensamento revolucionário, época da luta armada (p s-1960). Essas etapas do pensamento marxista brasileiro não são etapas necessárias e lineares, ele esclarece, nem se deduzem uma da outra.^[35] Sodré estaria mais para a primeira fase, mais pioneiro do que aut nomo.^[36] Ele desenvolve uma análise do Brasil estreitamente ligada   análise do PCB, que estava ligado   III internacional,

ao comunismo soviético e ao marxismo stalinista. Nos anos de 1950, ele elaborou de forma teórica as instituições e repetições dogmáticas do marxismo-leninismo dos militares do PCB. A ação a ser desenvolvida era a da revolução democrático-burguesa, pois as condições econômicas e políticas do Brasil indicavam que o socialismo só seria atingido após um período de transformações burguesas, que eliminaria os entraves feudais e quando se removeriam os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas.^[37]

Caio Prado Júnior

Caio Prado Júnior é um dos intelectuais de origem burguesa que forçaram os limites da consciência possível e produziram obras significativas, ao serem um contraponto ao intelectual tradicional.^[38] Sua produção teórica é mais marxiana do que marxista-leninista. No PCB sempre foi heterodoxo. Viajou muito pelo país, e observava, nessas viagens, o caleidoscópio dos múltiplos tempos do Brasil.^[39] Em 1943, quando as lutas sociais desafiavam o pensamento, ele inaugurou uma corrente de pensamento marxista no Brasil diferente e original, descentrada do PCB, a história social brasileira apareceu sob uma nova perspectiva até ali desconhecida. A partir de então, inaugurou um estilo de pensar a realidade brasileira, uma perspectiva crítica, que discute as relações entre o passado e o presente e examina as possibilidades de mudanças no futuro.^{[39][40]} Era apaixonado pelo Brasil, e pelo seu povo, por isso, rompeu com sua classe e passou a defender este povo em uma luta socialista radicalmente democrática.^[41] Sua obra tem um que de maniqueísmo, representaria o "bem", ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, contra o "mal", representado por Gilberto Freyre, na análise comparativa feita sobretudo pelos historiadores paulistas.^[42] Ele não se limitará a fazer uma história político-administrativa. Não ficará na superfície dos acontecimentos políticos de mais destaque. Procurará atrás dos eventos visíveis, das ações produzidas pelos heróis brasileiros, o seu sentido estrutural: as relações sociais e o modo de produção capitalista.

Florestan Fernandes

Florestan Fernandes estudou licenciatura e bacharelado na em ciências sociais na USP, e mestrado e doutorado em sociologia e antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política. Como militante político, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e se elegeu como deputado federal.^[44] Seu ponto de vista sobre o Brasil é o do "redescobrimento", nas linhas de, entre outros, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodr e e Caio Prado Júnior. Em suas obras sobre o Brasil, aparecem os movimentos sociais, a a o dos índios e negros, imigrantes, escravos, trabalhadores rurais e urbanos. Afasta-se inda mais da história político-administrativa e biográfica tradicional.^[45] Ele percebe a sociedade como uma rede de sociais, uma estrutura social com seus processos particulares, com suas intera es e resistências, com suas tensões e contradi es. Seu pensamento sintetiza cinco fontes que se revelam em forma diferenciada em sua obra: primeira, a sociologia clássica e moderna: franceses, ingleses, alemães e americanos; segunda, o pensamento marxista em geral e, em particular, os culturalistas Antonio Gramsci e Karl Mannheim; terceira, a correte mais crítica do pensamento brasileiro, a do "redescobrimento do Brasil"; quarta, a história brasileira e mundial dos anos 1940-1970: suas transforma es mais rápidas, a urbaniza o, a industrializa o, os partidos políticos, a ditadura, a revolu o cubana, a descoloniza o, a II Guerra Mundial, a Guerra Fria...; quinta, a militância política, a reflexão teórica sobre as rela es entre sociologia, a política e a  tica, o pensamento latino-americano.^[46] Seu pensamento também   o da mudança social -   um pensamento tenso, que articula as paixões e aspira es do cidadão com a busca por dados empíricos e verdade conceitual do cientista. ele quer controlar a interven o da realidade. -, quer realizar uma a o racional, uma paixão que se arma dos dados e os controla. Ele quer reunir, na medida do possível, interven o política, movida por interesses de classe, e conhecimento social, movido pela busca da objetividade e verdade. A realidade complexa do Brasil exige um pensamento mais ágil, flexível, aberto e, portanto, mais sint tico.^{[44][47]} Também se pode dizer que a chave do seu pensamento seria definida por dois conceitos principais: "padrões" e "dilemas". *Padrões*: ele busca caracterizar formas de organiza o e regularidades dinâmicas, reconstruíveis, discerníveis, identificáveis e apreendidas em seu modo próprio de articula o. *Dilemas*: as condi es geradas pela dinâmica desses padrões, que opõem obstáculos   realiza o das possibilidades postas por eles. O padrão define uma maneira de

organização de uma sociedade, os mecanismos pelos quais se atualiza a sociedade no momento; os dilemas definem as condições geradas pela dinâmica interna dessa forma de organização e conduzem a obstáculos e opções.

A obra *Revolução Burguesa no Brasil* (1975) traz uma interpretação histórico-sociológica do Brasil, uma obra de síntese marxista, porém desvinculada do PCB e de orientações internacionais, com uma linguagem menos ensaística, menos literária e mais conceitual, que a de alguns de seus antecessores.^[49] O tema central do livro é o modelo específico da revolução burguesa no Brasil, que foi diferente do modelo clássico, aqui, a burguesia revolucionária implantou um sistema liberal-democrático

6- SOCIEDADE E CULTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Sobre educação em geral e no Brasil Em seu conhecido Educação e Sociologia, Durkheim apresenta uma discussão sobre a função da educação. Para ele, “a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine”. (Durkheim,1978: 41)

Assim, para Durkheim a educação é uma prática reclamada pela sociedade em seu conjunto e pelo ambiente particular em que a criança se encerra. Ou seja, para o autor não existiria um modelo único de educação, um modelo ideal, apropriado por todos os homens, indistintamente.

Ao contrário, nestas reflexões chama atenção para o fato de que a educação é uma prática histórica e social, portanto obedece aos limites culturais e as demandas sociais de seu tempo. Mais que isso, Durkheim afirma que os sistemas educativos podem ser vistos como “um conjunto de atividades e de instituições, lentamente organizadas no tempo, solidários com outras instituições sociais, que a educação exprime e reflete, instituições essas, por consequência, que não podem ser mudadas à vontade, mas só com a estrutura mesma da sociedade”.

Neste sentido poderia afirmar que o conjunto de instituições educativas, formais ou informais - entre elas as midiáticas-, construídas ao longo da história da sociedade brasileira serve como elemento regulador do qual não podemos escapar sem vivas resistências. São produtos da vida em comum e exprimem as necessidades da sociedade. São na maior parte, obras das gerações passadas (Durkheim, 1978:35-37). Mais recentemente, Bernard Charlot, em seu livro Da relação com o saber, contribui para melhor circunstanciar o sentido da palavra educação. Para ele “ educação é uma produção de si por si mesmo, mas esta autoprodução só é possível pela mediação do outro e com sua ajuda. Ninguém poderá educar-me se eu não consentir, de alguma maneira, se eu não colaborar. Inversamente, porém eu só

posso educar-me numa troca com os outros e com o mundo; a educação é impossível, se a criança não encontra no mundo o que lhe permite construir-se (Charlot,2000:54). Complementando as idéias de Durkheim, Charlot aponta alguns elementos importantes do ato de educar que interessam para o desenvolvimento desta reflexão. O primeiro deles se refere à participação ativa do sujeito em sua démarche educativa desencadeada pelo coletivo. Em seguida, enfatiza a motivação, o estímulo interno e necessário para a efetiva apropriação dos ensinamentos propostos pelo exterior.

Por fim, Charlot chama atenção para a relação dialógica que se estabelece entre o educador e o educando, a troca e uma certa dose de identificação e projeção entre os artífices deste processo. No que se refere em especial à escola sabemos o quanto é difícil determinar, em consenso, suas funções educativas. Para o interesse desta reflexão, vale lembrar, no entanto, que a escola seleciona apenas uma versão autorizada da cultura e/ou dos saberes. E, neste sentido, da mesma forma que seleciona faz esquecer parte de uma memória sócio-cultural. Ou seja, ao se produzir uma tradição de conteúdo escolar temos que realizar, simultaneamente, uma enorme perda, bem como uma reinterpretação daquilo que é conservado pela instituição escolar. Assim, é preciso salientar, o que se transmite na escola é apenas uma parte do que foi produzido pela humanidade (Forquin,1992).

Não obstante, segundo Forquin, para transmitir tal conteúdo a escola precisa, sobretudo reestruturar e reorganizar os saberes. Precisa desenvolver métodos de transposição didática dos conteúdos pois a transmissão não é direta. Precisa se armar de dispositivos mediadores da aprendizagem. E nesta transposição acaba por impor disposições cognitivas específicas.

Ou seja, saberes e modos de configurar o julgamento em um modelo que podemos designar como um modelo escolar de pensamento. Pode-se afirmar que a escola é então responsável pela produção de uma cultura, uma dinâmica de organização cognitiva que lhe é própria. Isto é, uma cultura derivada, resultado de compilações, exercícios sistemáticos e reiterativos de recursos mentais.

Desta feita é importante salientar, a escola é produtora e criadora de configurações cognitivas e de formas de pensar originais – um verdadeiro habitus na conceituação

de Bourdieu - que lhes dão uma certa especificidade. Em outras palavras, a transposição didática e sua rotinização acadêmica são responsáveis por uma relação com o conhecimento e a informação que exigem exercícios mentais complexos, derivados de mecanismos operatórios comparativos e/ou de sínteses, próprios ao ambiente escolar. Neste sentido, este habitus escolar, frutos de uma seleção e transposição a partir de um corpus de cultura específico, fazem da escola uma instituição autônoma, matriz de saberes singulares, produtora de formas típicas de atividade intelectual que habilitam os indivíduos a partilhar formas de raciocínio característicos. No caso específico do Brasil sabemos que desde seu descobrimento a tarefa de implantação e de universalização da educação escolar foi problemática.

Não procede aqui contar em detalhes a história da implantação de nosso sistema de ensino. Contudo, cabe ressaltar que embora ainda hoje não chegue a ser universal, houve uma multiplicidade de modelos de escolarização ao longo de nossa história. Como bem aponta Faria Filho & Vidal “Ao analisar o processo de escolarização (primária) no Brasil, atentando para as questões referentes aos espaços e tempos escolares e sociais temos a possibilidade de interrogar o processo histórico de sua produção, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas de fazer a e do fazer-se da escola e de seus sujeitos” (Faria Filho & Vidal,2000:21).

A respeito da evolução do ensino médio, “nosso intuito, no entanto, ao citar a existência desses colégios, é apenas sinalizar que todas essas iniciativas são representativas de uma forma escolar com um objetivo bem definido: a educação da elite. Esta educação permaneceu no país, mesmo com a República, até a promulgação da nossa primeira Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em 1961. Mas, entre os colégios de ontem e os colégios de hoje, há todo um percurso que tornou essas instituições, troféu de um ensino privado de elite...”(Nunes,2000:40). Um pouco de história No período, que se prolonga da proclamação da República até meados dos anos 40, ainda que a educação escolar apresentasse uma estrutura sistêmica mais definida e desenvolvida, é possível afirmar que herdamos, do modelo anterior, uma tradição elitista de estudo. A partir de Vargas, com uma marcante administração centralizada, mantivemos o sistema dualista de ensino. Ou seja, os grupos escolares com ensino elementar sob

responsabilidade dos estados e, um ensino médio e técnico sob a responsabilidade do governo federal. Segundo Farias Filho e Vidal, apesar de os primeiros grupos escolares terem sido construídos, em São Paulo, na última década do século XIX, ainda nos anos 20 e 30 do século XX, a construção de tais espaços era reclamada em boa parte das capitais das demais unidades da Federação (Farias Filho & Vidal, 2000:21). Tidos como modelos, os grupos escolares, contudo, tiveram uma história muito diferenciada nos diversos estados brasileiros. Infelizmente, apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetaram para o futuro e projetaram um futuro republicano que não se realizou. Se tinham como intenção reconciliar o povo com sua nação, plasmando uma pátria ordeira e progressista, os números apresentados demonstram o contrário. Já no final dos anos 40, “das 6.700.000 crianças em idade escolar, apenas 3.200.000 estavam matriculadas. Das 44.000 unidades escolares em funcionamento, somente 6.000 foram construídas para a função de escola e pertenciam ao governo(...). Os melhores edifícios e a maioria das matrículas encontravam-se nas cidades. De fato, afirmavam que praticamente toda a população em idade escolar (7 a 12 anos) não acolhida pela escola localizava-se nas zonas rurais” (Farias Filho & Vidal:2000:31) Relativo a este período, (pós-República até os anos 50), é importante lembrar também que se mantêm as barreiras para o ingresso no ensino secundário, este sendo privilégio para as elites.

“O exame de admissão foi por algumas décadas a linha divisória decisiva entre a escola primária e a escola secundária. Funcionou como um rito de passagem cercado de significados e simbolismos, carregado de conflitos para os adolescentes....” (Nunes:2000:45). Para os interesses desta reflexão, é importante reiterar, contudo, que o ensino universalizado, ainda que fosse demanda de setores da população, manteve uma estrutura educacional elitista. Ou seja, amplos segmentos ainda não eram alfabetizados no período. É expressivo o índice de 56,1% analfabetos, em 1940. Do total da população, apenas 7,3% estavam matriculados no ensino fundamental e 0,6% matriculados no ensino médio (IBGE,1953).

Mais recentemente, dos anos 50 até o momento atual, em linhas gerais, vemos a continuidade do enfrentamento entre ideais educativos que privilegiam a democratização do acesso à escola, projeto partilhado por segmentos liberais e, por outro lado, os conservadores, que defendem a liberdade do ensino e a iniciativa privada. Em relação à força destes primeiros interesses, observa-se uma significativa expansão do nível de ensino médio com o estabelecimento de ginásios nas localidades onde este era inexistente. Não obstante, “na expansão ainda influíram as disparidades regionais e a ação da iniciativa privada (...) A região sudeste, em comparação as demais regiões do país, era a mais beneficiada em termos de educação secundária. Assim é que esta região possuía, em 1960, 60% da matrícula total do ensino secundário, 56% do total de estabelecimentos do país, 43,76% da população total, 13,36% de matrícula média em relação à população adolescente. No segundo caso, a ação privada era preponderante nos anos 60, embora não tão marcante quanto nos anos 40, quando perfazia um total de 73,3% em contraposição à atuação pública reduzida a uma percentagem de 26,7%” (Nunes:2000:46).

Vários substitutivos nas leis de diretrizes de bases nos anos 1955 a 1964 ainda revelam uma tendência privatista, portanto de orientação elitista. Prevalece, neste período, o conflito entre ensino público e ensino privado travado entre partidários (liberais e pioneiros) de uma escola leiga e gratuita para amplos segmentos da população e interesses do setor privado (católicos-conservadores) que culminou em estatísticas significativas.

Ou seja, se em 1962, o percentual de matrículas na rede pública é de 82%, com um total de bolsas de 18%; em 1965, a relação é de 63% na rede pública e de 37% para as bolsas de estudos financiadas pelo poder público (Hilsdorf,2003; Nunes,2000). Contudo, é forçoso lembrar a expansão da escola pública, a partir da década de 60. Segundo ampla bibliografia esta expansão é feita a partir de critérios extra educativos, ou seja, um eufemismo para caracterizar critérios educativos populistas. Neste sentido, caberia citar ainda algumas medidas postas em prática, entre os anos 50 e 60, que caracterizam a perda de qualidade do ensino público. Destaco, a redução dos períodos letivos, o aumento do número de alunos por classe, a

instalação do regime de promoção automática, a construção de escolas em galpões de madeira, com móveis de caixote, entre outras.

Todas elas medidas que não contaram com o apoio do Poder Legislativo nem de educadores, mas que se tornaram permanentes. Mais recentemente, nas décadas de 80 e 90, estudos revelam a perda de oportunidades educacionais e rebaixamento no padrão da escolarização. Ou seja, “uma brutal exclusão escolar e social: no Brasil, em 1980, quase 60% da população era constituída de pobres (39%) e de indigentes (17%) e a permanência dos ingressantes no sistema escolar não se alterou de forma expressiva. A rigor, houve perda das oportunidades educacionais e rebaixamento no padrão da escolarização da população brasileira. Caiu a frequência e permanência na escola elementar, comparativamente àquela do período Vargas” (Hilsdorf,2003:127-128). A herança educativa das mídias Para contextualizar a presença no Brasil de um mercado de bens simbólicos, desde o início do século, seria interessante recorrer à mudança gradual mas, inexorável de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana afinada ao estilo de uma cultura moderna. O Brasil, embora distante dos pólos de decisão e voltado para uma economia de exportação, não passou insensível aos ventos da modernidade. As elites do Rio de Janeiro, São Paulo e demais capitais litorâneas sempre foram suficientemente informadas e se deixaram levar pelos encantos da Segunda Revolução Industrial - a chamada Revolução CientíficoTecnológica.

Num ambiente marcado pela extensão e intensidade das rápidas mudanças nas formas de conduta, o brasileiro médio, das zonas urbanas, aos poucos foi se adaptando ao novo modo de vida baseado no avanço da ciência e da tecnologia. Esta tarefa coube em grande parte às elites. E, foram elas que em um movimento lento, mas constante, disponibilizaram para as grandes massas a convivência com as mídias.

Muito já se escreveu sobre os investimentos do setor da indústria da cultura em nosso país. Miceli (1984), Ortiz (1988), Sevcenko (2004), entre outros, atestaram em suas pesquisas o quanto o brasileiro, desde meados do século passado, mas principalmente com os governos militares, viu-se submetido a uma nova ordem social e cultural. Na esteira destes investimentos é sabido que entre 1970-1973, a

indústria de transformação cresce a níveis espantosos, sendo que os setores que mais se destacam são o eletrônico (28%) e o automobilístico (25%), vetores expressivos de nossa modernidade em construção. Mais recentemente, Setton (2004) pôde afirmar que, se por um lado, na década de 50, as emissões de rádio já estavam praticamente generalizadas em território nacional, se o cinema levava multidões às salas de projeção e se a difusão televisiva dava seus primeiros passos, por outro lado, neste mesmo período, metade da população brasileira era ainda analfabeta.

Contudo, creio que seria esclarecedor reiterar que se é sabido que na década de 70 em diante o impulso nas inversões financeiras – estatais e privadas - na esfera do mercado de cultura foram as mais expressivas até então, desde o início do século o brasileiro urbano convivia com as mídias. Para os interesses desta reflexão, uma leitura mais apurada sobre a história da cultura no Brasil, apreende uma certa tradição de nossas mídias na prescrição de padrões de conduta para os segmentos urbanos. Por exemplo, em relação ao mercado de bens impressos, Hallewell (1985) afirma que a primeira editora brasileira, nos idos de 1862, ostentava títulos de grande apelo educativo como Dicionário de Medicina Doméstica, Sucintos Conselhos às Jovens Mães para o Tratamento Racional de seus Filhos, entre outros. Sevcenko (2004,2004a), também considera esta nossa particularidade. A partir de farta documentação histórica, afirma que a imprensa, o rádio, o cinema e a publicidade, há muito vinham servindo como fonte de informação e prescrição de costumes. Analisando as crônicas de Machado de Assis e João do Rio, o autor apreende um novo estilo de vida, que se expande pelo mundo ocidental, e o papel dos novos veículos midiáticos no Brasil como responsáveis pela circulação e legitimação de uma nova cultura.

De uma certa forma, as mídias como fonte de um tipo de educação prescritiva dos valores da moda, de como estar e ser moderno, estavam presentes no cotidiano de parcelas significativas da população brasileira, desde o início do século XX. Ser moderno implicava alguma identificação com a tecnologia e uma atitude cosmopolita. Neste sentido, como fonte de divulgação os censores da correção, os ditadores da moda, proclamando seus decretos pelos jornais e revistas mundanas preencheram espaços deixados pela escola servindo desde então como fonte de

assimilação de valores. “O que passa por gosto é na verdade a moda, que deve mudar sempre para impedir a emulação e, por meio dela, qualquer indesejável identificação. Prevalece agora não o desejo de estar identificado, pelas suas vestes, adereços e apetrechos, com um meio social homogêneo, com um padrão funcional ou com um estrato cultural. O momento é o de afinar-se com o tempo, com as notícias rápidas, com a circunstância européia atualizada pelo dernier bateau ou, em breve, a americana do último filme” (Sevcenko:2004a:537-538).

A presença da imagem em movimento, ou seja, o cinema, foi também notavelmente educativa neste período. A energia elétrica, gerada em escala industrial no Rio e em São Paulo, a partir de 1907, introduz novos hábitos na sociedade. E o cinema é o principal deles. Segundo relatos de um cronista da época já em 1896, “Cinematógrafos...É o delírio atual. Toda a cidade quer ver o cinematógrafos (...) Na avenida Central, com entrada paga, há dois, três e a concorrência é tão grande que a polícia dirige a entrada e fica a gente esperando um tempo infinito na calçada” (1907 – João do Rio - cronista). Atestando a presença do novo entretenimento das massas, o poeta Blaise Cendrars, já tinha notado a influência das imagens de Hollywood em nosso meio: “eu estava no Brasil na época em que o filme Platine blonde foi exibido (em fins dos anos 20), de forma que pude presenciar que o filme foi de fato um tremendo sucesso no Rio de Janeiro, pois em menos de uma semana todas as lindas mulatas e negras caprichosas que saem de suas casas ao pôr-do-sol para passear na avenida Central, se exibindo e gozando de brisa fresca vinda da orla do mar, na praia do Flamengo, haviam descolorido seu cabelo e maquiado o rosto com tons cor-de-rosa” (Sevcenko,2004a:600). É pouco divulgado também que já nas décadas de 10 e 20, do século passado, a produção cinematográfica nacional, embora pequena em relação à estrangeira, tinha uma produção média de 12 filmes por ano.

Nas décadas de 40 e 50 a presença dos estúdios da Atlântida e Companhia Cinematográfica Vera Cruz, únicas produtoras de filmes comerciais de destaque, foram responsáveis pela produção de quase 90 filmes. Vale citar algumas personalidades eminentes como Oscarito, presente em 34 chanchadas, Grande Otello e depois Mazzaropi que durante gerações foram ídolos do grande público. Para melhor caracterizar este período, lembro que se nas telas, predominavam as

chanchadas, e se estas eram desprezadas como produtos de baixa qualidade, uma coisa não se podia negar. Até aquela data, o cinema brasileiro nunca conseguira atrair, com tal ímpeto e regularidade, a atenção e o entusiasmo do grande público. Em 1950 tivemos 180 milhões de espectadores. Como primeira mídia de massa no Brasil, o rádio, surgiu em 1925 e foi até o início da década de 30 uma mídia restrita a um público de elite. Por volta de 1935 até 1954, não obstante, o rádio se profissionaliza e se populariza. Ou seja, com um caráter eminentemente popular, investe em programas de auditório que deixaram marcas nas gerações de nossos avós. A Radio Nacional (1936) e Mayrink Veiga (1930) no Rio de Janeiro e/ou as rádios Bandeirante e Tupi, em São Paulo, contribuíram para a formação da nossa moderna tradição midiática, desde o período Vargas (Albin,2003). Para dimensionar a força da radiodifusão basta mostrar a evolução do número de emissoras.

Em 1940, tínhamos 76 emissoras, em 1945, 117 e, em 1950, o expressivo número de 243 empresas emissoras. Seja nas zonas urbanas ou rurais o rádio já nesta época fazia parte da vida dos brasileiros. Nos anos 40 e 50, estudiosos atestam que o rádio era a grande janela para o mundo. Trazia para quase todos os lares as últimas notícias, moldava a opinião pública, vendia produtos, lançava modas, e alimentava sonhos dos ouvintes...Quem não se lembra, da geração de nossos pais ou avós, de Linda Batista que nos anos de 1937 a 1948 – recebeu as homenagens de Rainha do Rádio, ou então Emilinha Borba, Marlene, entre outras; Francisco Alves, o Rei da Voz , cantor que mais gravou em 78 rotações ou Orlando Silva , o Cantor das Multidões bem como os Programas de César de Alencar na Radio Nacional. É sabida, pois, a importância da indústria fonográfica na construção de nosso imaginário social. Na interpretação e/ou exaltação de um tipo brasileiro boêmio e brejeiro e/ou da mulata dengosa a produção cultural do início e meados do século é notável marcando presença em nosso cancionário popular. Mais explicitamente, por volta dos anos 40, apropriando-se do potencial pedagógico da MPB, Getúlio Vargas faz uso das mídias, principalmente o rádio, investindo em uma imagem do operário trabalhador. Uma breve incursão no universo musical atesta estas hipóteses (Albin, 2003).

Sem nostalgia, mas procurando investigar nossa familiaridade com a produção midiática, o que interessa salientar é que a música, o humor e a radionovela

estiveram presentes nos lares brasileiros muito antes que a escola deixasse suas marcas. Deve-se salientar também que neste período, entre 60 e 70, o desenvolvimento da indústria da comunicação multiplicou os jornais, as revistas ilustradas, as caricaturas e os cartazes publicitários. Renomados escritores e artistas plásticos logo se puseram a serviço do cinema, da imprensa e das primeiras agências de publicidade.

Mais recentemente, nos anos 2000, dando continuidade a esta tradição de entreter e educar das mídias, segundo o Anuário Estatístico de Mídia (2003), comercializamos 931 títulos de revistas, sendo os que mais se destacam são os 370 títulos relativos a revistas que poderiam ser qualificadas também como paradidáticas. Ou seja, revistas de “vulgarização” de saberes e competências, conselhos, dicas de estilos de vida variados, competindo com orientações que poderiam ser adquiridas na escola tal como verificado por Sevcenko no início do século. No rádio comercial é notável esta mesma tendência. Uma série de vinhetas que disponibilizam informações e saberes especializados está a todo tempo atingindo um público diversificado, sem falar na programação propriamente educativa (Setton:2004).

No que se refere à TV, a tendência se mantém. Estudiosos da teledramaturgia (Ortiz, Ramos Ortiz, Borelli,1989), vêm assinalando há muito o quanto a ficção televisiva vem ao longo de sua história construído e veiculado uma visão sobre a realidade do brasileiro, seus valores e necessidades. Seja na produção de miniséries, seriados ou novelas, a história do país é contada e reinterpretada, deixando espaço também para a proposição de questões candentes do Brasil moderno, seja ele urbano ou rural. Por outro lado, ainda hoje, possibilitando o acesso a comportamentos e modelos de conduta a partir de “celebridades”, a programação da TV, ao mesmo tempo que integra a todos a um ideal de civilização, possibilita a uma multidão o acesso a um código de conduta que até pouco tempo era restrito aos segmentos privilegiados. As emissões religiosas (5.365hs), as emissões que investem nas entrevistas (2.790hs), ou as emissões de entretenimento variado que provocativamente denomino paradidáticas – Note e anote, Neurônios, Mochilão, Fica comigo, Vida e saúde, Mestre Cura, Turismo na TV (14.200hs), grande parte destinadas ao público jovem e feminino, especificamente, podem revelar uma identificação do público com uma sede de saberes e

informações que a sociedade lhes cobra. Em um diálogo crescente entre a necessidade de informar-se, de estar por dentro das dicas do bem viver, de uma “certa arte de viver” valorizada socialmente, a grande maioria da clientela televisiva, engrossa os índices de audiência de uma programação que oferece a preços módicos e sem cobrança, uma “educação” que se vende à partir da emoção e da diversão. Programas religiosos promovendo a vida ascética, regrada e disciplinada e programas paradidáticos que prescrevem, estimulando a conduta “correta” para mulheres e jovens, expressam a meu ver uma demanda que há muito a escola e demais agentes tradicionais da educação deixaram de promover (Setton,2004: 63-64). Neste sentido, semelhante à escola, considero que a dimensão pedagógica das mídias pode ser caracterizada a partir de dois elementos. O conteúdo e os dispositivos didáticos de transmissão. Igual aos conteúdos escolares é como se esse conteúdo expresso pelas mídias também fosse submetido a um prévio trabalho de seleção. Escolhem-se informações, narrativas e/ou saberes que a sociedade de uma certa forma demanda. Em outras palavras, para se conquistar audiências ou um público consumidor fiel a seus produtos, a cultura da mídia deve se preocupar em exercer um trabalho contínuo de escuta, deve estar aberta a travar diálogos com o coletivo. Lembrando Durkheim, é preciso reiterar que os sistemas educativos, entre eles as mídias, oferecem o que a sociedade enquanto coletivo elegeu como valor, como expressão de suas necessidades e interesses temporais e históricos. No entanto, é preciso lembrar ainda as contribuições de W. Benjamim (1983). Ele nos fala de um novo sensorium. Ou seja, uma nova maneira de se apropriar da cultura que se desprende de seus usos tradicionais e rituais. O autor chama atenção para o fato de que as mudanças na estrutura da produção da cultura, mudam a estrutura da percepção e da compreensão humana. Isto é, afirma que a sensibilidade cognitiva está condicionada necessariamente pela história, considera que a percepção humana muda dialeticamente de acordo com as novas condições de produção e transmissão das expressões culturais. Seriam a fotografia e o cinema exemplos característicos desta nova mobilização dos bens da cultura, no Brasil, já no início do século. Atualizando o debate, poderia pensar então que estas e outras profusões de imagens provenientes da TV, computadores e outdoors, impuseram uma nova forma de receber e perceber as representações do mundo a partir da difusão contínua de expressões simbólicas. Isto é, outras linguagens e conteúdos

que exploram novos tipos de comportamento sensitivo, explorando mudanças no processo de aprendizado do homem. Neste sentido, penso que as transformações nas técnicas de reprodução da cultura no Brasil, desde o início do século, puderam abrir brechas para o surgimento de uma tradição com os recursos visuais e sonoros em nosso meio. Ou seja, a difusão das tecnologias no Brasil parece ter oferecido condições de apropriações e usos variados de um mesmo objeto – a informação e um certo tipo de saber – que nas sociedades tradicionais tinha na escola a única forma de veiculação.

Ou seja, considero que no Brasil, a técnica da reprodução da cultura ou da imagem aguçou nossa sensibilidade, ampliou nossa esfera do conhecimento e possibilidades de compreensão do mundo. Posto isso, atualizou os usos dos bens da cultura, retirou do saber cristalizado em objetos de pouca circulação, seu caráter aristocrático atribuindo-lhe um caráter dinâmico e necessariamente híbrido. Ao sair da esfera de um uso único nossa produção cultural mudou sua função. Não é mais sagrada e isolada afeita ao reconhecimento de alguns poucos privilegiados. Neste sentido, as tecnologias mudaram o caráter e o estatuto da arte/cultura, pois elas agora podem ter seu uso generalizado, no entanto múltiplo e singular, ou seja, variado de acordo com as particularidades e interesses dos indivíduos que a consomem.

7- CULTURA AFRO BRASILEIRA

Denomina-se **cultura afro-brasileira** o conjunto de manifestações culturais do Brasil que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil Colônia até a atualidade. A cultura da África chegou ao país, em sua maior parte, trazida pela escravidão africana na época do tráfico transatlântico de escravos. No Brasil a cultura africana sofreu também a influência das culturas europeia e indígena, de forma que características de origem africana na cultura brasileira encontram-se em geral mescladas a outras referências culturais.

Traços fortes da cultura africana podem ser encontrados hoje em variados aspectos da cultura brasileira, como a música popular, a religião, a culinária, o folclore e as festividades populares. Os estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os mais influenciados pela cultura de origem africana, tanto pela quantidade de escravos recebidos durante a época do tráfico como pela migração interna dos escravos após o fim do ciclo da cana-de-açúcar na região Nordeste.

Ainda que tradicionalmente desvalorizados na época colonial e no século XIX, os aspectos da cultura brasileira de origem africana passaram por um processo de revalorização a partir do século XX que continua até os dias de hoje.

Evolução histórica



Escravos africanos no Brasil, oriundos de várias nações (Rugendas, c. 1830).

De maneira geral, tanto na época colonial como durante o século XIX a matriz cultural de origem europeia foi a mais valorizada no Brasil, enquanto que as manifestações culturais afro-brasileiras foram muitas vezes desprezadas, desestimuladas e até proibidas. Assim, as religiões afro-brasileiras e a arte marcial da capoeira foram frequentemente perseguidas pelas autoridades. Por outro lado, algumas manifestações folclóricas, como as congadas e o maracatu, assim como expressões musicais como o lundu, foram toleradas e até estimuladas.

Entretanto, a partir de meados do século XX, as expressões culturais afro-brasileiras começaram a ser gradualmente mais aceitas e admiradas pelas elites brasileiras como expressões artísticas genuinamente nacionais. Nem todas as manifestações culturais foram aceitas ao mesmo tempo. O samba foi uma das primeiras expressões da cultura afro-brasileira a ser admirada quando ocupou posição de destaque na música popular, no início do século XX.

Posteriormente, o governo da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas desenvolveu políticas de incentivo do nacionalismo nas quais a cultura afro-brasileira encontrou caminhos de aceitação oficial. Por exemplo, os desfiles de escolas de samba ganharam nesta época aprovação governamental através da União Geral das Escolas de Samba do Brasil, fundada em 1934.

Outras expressões culturais seguiram o mesmo caminho. A capoeira, que era considerada própria de bandidos e marginais, foi apresentada, em 1953, por mestre Bimba ao presidente Vargas, que então a chamou de "único esporte verdadeiramente nacional".

A partir da década de 1950 as perseguições às religiões afro-brasileiras diminuíram e a Umbanda passou a ser seguida por parte da classe média carioca.^[3] Na década seguinte, as religiões afro-brasileiras passaram a ser celebradas pela elite intelectual branca.

Em 2003, foi promulgada a lei nº 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passando-se a exigir que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio incluam no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Estudos afro-brasileiros



Museu da Abolição — Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira, no Recife.

O interesse pela cultura afro-brasileira manifesta-se pelos muitos estudos nos campos da sociologia, antropologia, etnologia, música e linguística, entre outros, centrados na expressão e evolução histórica da cultura afro-brasileira.^[4]

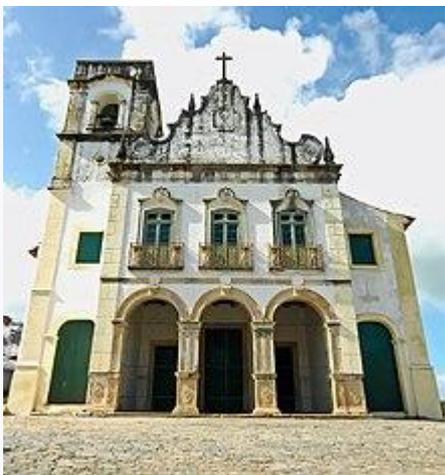
Muitos estudiosos brasileiros como o advogado Edison Carneiro, o médico legista Nina Rodrigues, o escritor Jorge Amado, o poeta e escritor mineiro Antonio Olinto, o escritor e jornalista João Ubaldo, o antropólogo e museólogo Raul Lody, entre outros, além de estrangeiros como o sociólogo francês Roger Bastide, o fotógrafo Pierre Verger, a pesquisadora etnóloga estadunidense Ruth Landes, o pintor argentino Carybé, dedicaram-se ao levantamento de dados sobre a cultura afro-brasileira, a qual ainda não tinha sido estudada em detalhe.^[5]

Alguns infiltraram-se nas religiões afro-brasileiras, como é o caso de João do Rio, com esse propósito; outros foram convidados a fazer parte do Candomblé como membros efetivos, recebendo cargos honoríficos como Obá de Xangô no Ilê Axé Opô Afonjá e Ogan na Casa Branca do Engenho Velho, Terreiro do Gantois, e ajudavam financeiramente a manter esses Terreiros.

Muitos sacerdotes leigos em literatura se dispuseram a escrever a história das religiões afro-brasileiras, recebendo a ajuda de acadêmicos simpatizantes ou membros dos candomblés. Outros, por já possuírem formação acadêmica, tornaram-se escritores paralelamente à função de sacerdote, como é caso dos antropólogos Júlio Santana Braga e Vivaldo da Costa Lima, as Iyalorixás Mãe Stella e Giselle Cossard, também conhecida como Omindarewa a francesa, o

professor Agenor Miranda, a advogada Cléo Martins e o professor de sociologia Reginaldo Prandi, entre outros.

Religião



A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Olinda foi a primeira igreja do Brasil pertencente a uma irmandade de negros.^[6]

Os negros trazidos da África como escravos geralmente eram imediatamente batizados e obrigados a seguir o Catolicismo. A conversão era apenas superficial e as religiões de origem africana conseguiram permanecer através de prática secreta ou o sincretismo com o catolicismo.

Algumas religiões afro-brasileiras ainda mantêm quase que totalmente suas raízes africanas, como é o caso das casas tradicionais de Candomblé e do Xangô do Nordeste; outras formaram-se através do sincretismo religioso, como o Batuque, o Tambor de Mina, o Xambá e a Umbanda. Em maior ou menor grau, as religiões afro-brasileiras mostram influências do Catolicismo e da encantaria e da pajelança ameríndias.^[7] O sincretismo manifesta-se igualmente na tradição do batismo dos filhos e o casamento na Igreja Católica, mesmo quando os fiéis seguem abertamente uma religião afro-brasileira.

Já no Brasil colonial os negros e mulatos, escravos ou forros, muitas vezes associavam-se em irmandades religiosas católicas. A Irmandade da Boa Morte e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foram das mais importantes, servindo também como ligação entre o catolicismo e as religiões afro-

brasileiras. A própria prática do catolicismo tradicional sofreu influência africana no culto de santos de origem africana como São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia e Santo Antônio de Noto (Santo Antônio de Categeró ou Santo Antônio Etíope); no culto preferencial de santos facilmente associados com os orixás africanos como São Cosme e Damião (ibejis), São Jorge (Ogum no Rio de Janeiro), Santa Bárbara (Iansã); na criação de novos santos populares como a Escrava Anastácia; e em ladainhas, rezas (como a Trezena de Santo Antônio) e festas religiosas (como a Lavagem do Bonfim onde as escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em Salvador, Bahia são lavadas com água de cheiro pelas filhas-de-santo do candomblé).

Enquanto o Catolicismo nega a existência de orixás e guias, as igrejas pentecostais acreditam na sua existência, mas como demônios.

Segundo o IBGE, 0,3% dos brasileiros declaram seguir religiões de origem africana, embora um número maior de pessoas sigam essas religiões de forma reservada.

Inicialmente desprezadas, as religiões afro-brasileiras foram ou são praticadas abertamente por vários intelectuais e artistas importantes como Jorge Amado, Dorival Caymmi, Vinícius de Moraes, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia (que frequentavam o terreiro de Mãe Menininha), Gal Costa (que foi iniciada para o Orixá Obaluaye), Mestre Didi (filho da ialorixá Mãe Senhora), Antonio Risério, Caribé, Fernando Coelho, Gilberto Freyre e José Beniste (que foi iniciado no candomblé ketu).



Barracão de Candomblé em Pernambuco.

Religiões afro-brasileiras

- Babaçuê - Pará

- Batuque - Rio Grande do Sul
- Cabula - Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina.
- Candomblé - Em todos estados do Brasil
- Culto aos Egungun - Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo
- Culto de Ifá - Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo
- Macumba - Rio de Janeiro
- Omoloko - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo
- Quimbanda - Rio de Janeiro, São Paulo
- Tambor-de-Mina - Maranhão, Pará
- Terecô - Maranhão
- Umbanda - Em todos estados do Brasil
- Xambá - Alagoas, Pernambuco
- Xangô do Nordeste - Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe
- Confrarias
- Irmandade da Boa Morte
- Irmandade dos homens pretos
- Sincretismo

Arte



Tecelã do terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, Bahia.

O **Alaká africano**, conhecido como pano da costa no Brasil é produzido por tecelãs do terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, no espaço chamado de **Casa do Alaká**.^[8] Mestre Didi, Alapini (sumo sacerdote) do Culto aos Egungun e Assògbá (supremo sacerdote) do culto de Obaluaiyê e Orixás da terra, é também escultor e seu trabalho é voltado inteiramente para a mitologia e arte yorubana.^[9] Na pintura foram muitos os pintores e desenhistas que se dedicaram a mostrar a beleza do Candomblé, Umbanda e Batuque em suas telas. Um exemplo é o escultor e pintor argentino Carybé que dedicou boa parte de sua vida no Brasil esculpindo e pintando os Orixás e festas nos mínimos detalhes, suas esculturas podem ser vistas no Museu Afro-Brasileiro e tem alguns livros publicados do seu trabalho. Na fotografia o francês Pierre Fatumbi Verger, que em 1946 conheceu a Bahia e ficou até o último dia de vida, retratou em preto e branco o povo brasileiro e todas as nuances do Candomblé, não satisfeito só em fotografar passou a fazer parte da religião, tanto no Brasil como na África onde foi iniciado como babalawo, ainda em vida iniciou a Fundação Pierre Verger em Salvador, onde se encontra todo seu acervo fotográfico.

Culinária

A feijoada brasileira, considerada o prato nacional do Brasil, é frequentemente citada como tendo sido criada nas senzalas e ter servido de alimento para os escravos na época colonial. Atualmente, porém, considera-se a feijoada brasileira uma adaptação tropical da feijoada portuguesa que não foi servida normalmente aos escravos. Apesar disso, a cozinha brasileira regional foi muito influenciada pela cozinha africana, mesclada com elementos culinários europeus e indígenas.

A culinária baiana é a que mais demonstra a influência africana nos seus pratos típicos como acarajé, caruru, vatapá e moqueca. Estes pratos são preparados com o azeite-de-dendê, extraído de uma palmeira africana trazida ao Brasil em tempos coloniais. Na Bahia existem duas maneiras de se preparar estes pratos "afros". Numa, mais simples, as comidas não levam muito tempero e são feita nos terreiros de candomblé para serem oferecidas aos orixás. Na outra maneira, empregada fora dos terreiros, as comidas são preparadas com muito tempero e são mais saborosas,

sendo vendidas pelas baianas do acarajé e degustadas em restaurantes e residências.

Música

A música criada pelos afro-brasileiros é uma mistura de influências de toda a África subsaariana com elementos da música portuguesa e, em menor grau, ameríndia, que produziu uma grande variedade de estilos.

A música popular brasileira é fortemente influenciada pelos ritmos africanos. As expressões de música afro-brasileira mais conhecidas são o samba, maracatu, ijexá, coco, jongo, carimbó, lambada, maxixe, maculelê.

Como aconteceu em toda parte do continente americano onde houve escravos africanos, a música feita pelos afro-descendentes foi inicialmente desprezada e mantida na marginalidade, até que ganhou notoriedade no início do século XX e se tornou a mais popular nos dias atuais.^[10]

Instrumentos usados por afro-brasileiros

- Afoxé
- Agogô
- Alfaia
- Atabaque
- Berimbau
- Tambor

REFERÊNCIAS

<https://www.todamateria.com.br/brasil-colonia/#:~:text=O%20Brasil%20Col%C3%B4nia%20na%20Hist%C3%B3ria,por%20Martim%20Afonso%20de%20Souza.>> acesso em 04/06/2020

<https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/o-brasil-monarquico>>acesso em 04/06/2020

<https://www.todamateria.com.br/brasil-republica/>>acesso em 04/06/2020

https://pt.wikipedia.org/wiki/Historiografia_brasileira#:~:text=A%20Historiografia%20brasileira%20%C3%A9%20o,at%C3%A9%20os%20dias%20de%20hoje.> acesso em 04/06/2020

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0716-1.pdf>>acesso em 04/06/2020